



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS  
SCS - B - Quadra 09 - Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A  
Brasília, DF. CEP 70308-200. - <https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

OFÍCIO Nº 1568/2022/CNDH/SNPG/MMFDH

Brasília, 11 de agosto de 2022.

Ao Excelentíssimo Senhor  
**LUIZ CESAR BARBOSA LOPES**  
Superintendente  
Superintendência do IBAMA no Ceará (SUPES/CE)  
Telefone: (85) 3307-1143 e 3307 1108  
E-mail: [supes.ce@ibama.gov.br](mailto:supes.ce@ibama.gov.br), [gabinete.ce@ibama.gov.br](mailto:gabinete.ce@ibama.gov.br)

**Assunto: Convide para participação em audiência pública presencial em Fortaleza, em 01/09/2022. Missão do CNDH e Plataforma Dhesca ao Ceará.**

Senhor Superintendente,

1. A par de cumprimentá-lo cordialmente, faço uso do presente para convidá-lo para participar de audiência pública presencial a ser realizada no dia 01 de setembro de 2022, das 8h30 às 12h30, no auditório do plenário na sede da Ordem dos Advogados do Estado do Ceará, 1º andar, localizado na av. Washington Soares, 800, no bairro Guararapes, em Fortaleza.
2. A audiência pública faz parte da programação da missão ao estado do Ceará, a ser realizada conjuntamente pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH e a Plataforma Dhesca, entre os dias 31 de agosto e 02 de setembro de 2022. A missão tem como objetivo verificar eventuais violações de direitos humanos decorrentes do Projeto Santa Quitéria.
3. Em manifestação recente<sup>[1]</sup>, este CNDH recomendou ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis a suspensão do licenciamento ambiental do Projeto Santa Quitéria (Processo nº 02001.014391/2020-17) devido à inobservância do procedimento de consulta e consentimento prévio, livre, informado e de boa-fé aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais afetados, impactados ou atingidos, conforme determinação da Convenção nº 169 da OIT da qual o Brasil é signatário.
4. O Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH, órgão criado pela Lei nº 12.986, de 02 de junho de 2014, tem por finalidade a promoção e a defesa dos Direitos Humanos mediante ações preventivas, protetivas, reparadoras e sancionadoras das condutas e situações de ameaça ou violação desses direitos e a proteção aos direitos e garantias fundamentais, individuais, coletivos ou sociais previstos na Constituição Federal, nos tratados e atos internacionais celebrados pela República Federativa do Brasil.
5. Constituída em 2002, a Plataforma Dhesca Brasil é uma rede formada por 49 organizações e articulações da sociedade civil, que desenvolve ações de promoção e defesa dos direitos humanos, incidindo nacional e internacionalmente em prol da reparação de violações. Entre suas atividades, estão as Relatorias Nacionais de Direitos Humanos, que tem como objetivo, por meio de missões in loco, investigar violações de direitos humanos em todo o território nacional com a produção de relatórios com recomendações ao poder público e demais atores envolvidos nos casos denunciados.
6. Considerando a relevância do órgão na matéria em questão, agradecemos antecipadamente e **solicitamos a confirmação de participação até o dia 19/08/2022**, pelo e-mail [cndh@mdh.gov.br](mailto:cndh@mdh.gov.br), com cópia para [ana.macedo@cndh.gov.br](mailto:ana.macedo@cndh.gov.br).
7. Por fim, coloco a equipe da Secretaria-Executiva do CNDH à disposição para informações adicionais que se fizerem necessárias, por meio do endereço eletrônico [cndh@mdh.gov.br](mailto:cndh@mdh.gov.br) ou pelo telefone/Whatsapp (61) 2027-3945.

Atenciosamente,

DARCI FRIGO  
Presidente  
Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH

[1] A Recomendação nº 20, de 02 de junho de 2022, está disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/recomendacao-n-20-2022>



Documento assinado eletronicamente por **Darci Frigo, Presidente**, em 11/08/2022, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador 3123597 e o código CRC 514733E1.